

**PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA
11º. EXAME DE SELEÇÃO – PROVA DISCURSIVA – 01.09.2019**

1 — DIREITO CONSTITUCIONAL

1 — Disseste sobre as hipóteses de cabimento de recurso extraordinário em sede de controle concentrado de constitucionalidade estadual. (50 pontos)

2 — Suponha a aprovação de lei estadual que majore os vencimentos dos servidores da educação, conduta vedada pelo art. 8º, inc. I, da LC 159/2017 (Regime de Recuperação Fiscal), ao qual o Estado aderiu previamente. Em tal hipótese, poderia a União promover o ajuizamento de ação direta interventiva? A medida seria cabível na hipótese? (50 pontos)

2 — DIREITO ADMINISTRATIVO

1 — Estado da federação decide alienar, de maneira pulverizada, parte das ações que atualmente lhe garantem controle acionário de sociedade de economia mista, na qual possui 55% das ações com direito a voto. Ao final da pulverização, remanescerá com 48% das ações com direito a voto. Diante desse cenário, responda justificadamente (50 pontos):

- a) que requisitos formais precisam ser observados para a venda?
- b) após a alienação, a empresa continuará sujeita ao regime da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais)?

2 — Responda justificadamente: (a) quem é o titular das jazidas de petróleo localizadas na costa do Estado do Rio de Janeiro? (b) quem é o titular do produto da lavra do petróleo extraído das referidas jazidas, tanto no regime de concessão, quanto no regime de partilha? (c) qual a natureza jurídica dos royalties e participações especiais decorrentes da exploração e produção das jazidas de petróleo na costa do Estado do Rio de Janeiro? (50 pontos)

3 — DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1 — Proporcionalidade e meios executórios na execução por quantia certa contra particulares. Discorra. (50 pontos)

2 — A motivação da sentença é considerada a última manifestação do contraditório. Discorra sobre essa assertiva, inclusive ao ângulo da garantia fundamental da imparcialidade do magistrado. (50 pontos)

4 — DIREITO TRIBUTÁRIO

1 — Defina os princípios da seletividade, proporcionalidade e progressividade, correlacionando-os com a capacidade contributiva e identificando a aplicação desses princípios aos impostos estaduais. (50 pontos)

2 — A empresa X impugnou auto de infração lavrado em razão do não pagamento do ICMS devido. O processo administrativo foi extraviado e localizado quinze anos depois. Em fevereiro de 2013, foi proferida decisão definitiva sobre a impugnação. A empresa X foi regularmente intimada da decisão definitiva em março de 2013. Proposta execução fiscal em janeiro de 2018, o despacho de citação foi proferido em fevereiro de 2018. O Oficial de Justiça, em março de 2018, certificou a não localização da empresa X no endereço constante em seus atos societários. A PGE teve ciência da certidão em abril de 2018. O redirecionamento da execução fiscal para os sócios administradores, foi requerido e efetivado em maio de 2018. Após a citação, os sócios, por meio de exceção de pre-executividade, alegaram a prescrição intercorrente do processo administrativo tributário e da pretensão executiva face à empresa X e dos sócios. Analise a procedência das alegações de prescrição. (50 pontos)

